

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG
PEDAGOGIA
ROSIANE BONIFÁCIO DE CARVALHO

**REVISITANDO OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO
LETRAMENTO**

Varginha
2017

ROSIANE BONIFÁCIO DE CARVALHO

**REVISITANDO OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO
LETRAMENTO**

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia. Orientador (a): Profª. Ma. Márcia Aparecida Resende.

**Varginha
2017**

ROSIANE BONIFÁCIO DE CARVALHO

**REVISITANDO OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO
LETRAMENTO**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/MG, como pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura pela Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovado em: 18/05/2017

Prof^ª. Ma. Márcia Aparecida Resende

Prof^ª. Ma. Humberta Gomes Machado Porto

Prof^ª. Ma. Luciane Madeira Motta Tavares

OBS.:

Dedico este trabalho ao meu pai (em memória)
e a minha mãe, por terem contribuído para sua
realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter abençoado minha vida, por ter derramado sobre mim: saúde, sabedoria, confiança, amor e fé. Agradeço a minha família em especial ao meu sobrinho Lucas, amigos (as), a minha orientadora Márcia Aparecida Resende as professoras Terezinha Richartz e Maria de Fátima Monnerat Cruz Chaves, que sempre acreditaram em mim e estiveram comigo, me incentivando e direcionando. Muito obrigada!

O que há de vir, virá...
O que tiver de ser, será...
O que Deus tem pra gente nos alcançará
E nada nem ninguém impedirá...
(Cecília Sfalzin)

RESUMO

O propósito deste trabalho é abordar a importância da contextualização dos métodos de alfabetização na perspectiva do letramento, mas sem perder a especificidade do ensino do sistema de escrita alfabética. Busca-se compreender os diferentes métodos de alfabetização no contexto do letramento para facilitar a aquisição da leitura e da escrita. É importante o professor saber que não existe o melhor método de alfabetização, mas compreender e saber trabalhar com cada um deles em diferentes casos, procurando ressignificar suas práticas. Este propósito será conseguido mediante pesquisa bibliográfica em obras como, Frade (2005), Mortatti (2006), Soares (2000; 2004; 2016), Cagliari (1998; 2003), entre outras, que tratam da conceituação história e características dos métodos de alfabetização. A pesquisa evidenciou que a alfabetização é um processo multifacetado e os alfabetizadores devem ter conhecimento sobre os princípios teórico-metodológicos da alfabetização, de modo a mediar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Palavras chave: Alfabetização. Métodos. Letramento.

ABSTRACT

The purpose of this work is to address the importance of the contextualization of literacy methods in the perspective of literacy, but without losing the specificity of teaching the alphabetic writing system. It seeks to understand the different methods of literacy in the context of literacy to facilitate the acquisition of reading and writing. It is important for the teacher to know that the best method of literacy does not exist, but to understand and know how to work with each one of them in different cases, trying to re-signify their practices. This purpose will be achieved through bibliographical research in works such as Frade (2005), Mortatti (2006), Soares (2000; 2004; 2016), Cagliari (1998; 2003), among others, dealing with the conceptualization of history and characteristics of literacy. The research showed that literacy is a multi-faceted process and literacy students should be aware of the theoretical-methodological principles of literacy in order to mediate the learning process of reading and writing.

Keywords: *Literacy. Methods. Literature.*

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Pictogramas registrados em blocos de pedras.....	15
Imagem 2 – Hieroglifos em parede de templo egípcio.....	15
Imagem 3 – Escrita cuneiforme.....	16
Imagem 4 – Da cartilha certificada.....	18

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Classificação dos métodos de alfabetização.....	27
Quadro 2 –	Os métodos de alfabetização.....	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	SURGIMENTO DA ESCRITA E DA ALFABETIZAÇÃO.....	14
3	HISTÓRIA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO.....	22
3.1	O primeiro momento: A metodização do ensino da leitura.....	22
3.2	O segundo momento: Institucionalização do método analítico.....	23
3.3	O terceiro momento: A alfabetização sobre medidas.....	23
3.4	O quarto momento: Construtivismo e desmetodização da alfabetização.....	24
4	OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO LETRAMENTO.....	26
4.1	Aspectos conceituais dos métodos de alfabetização.....	27
4.1.1	Método alfabético.....	28
4.1.2	Método fônico.....	29
4.1.3	Método sílabico.....	30
4.1.4	Método de palavração e sentenciação.....	30
4.1.5	Método global de contos.....	31
4.1.6	Método natural.....	32
5	COMPREENSÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO.....	36
6	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização é, de certo modo, a atividade escolar mais antiga da humanidade, considerando que surgiu da necessidade de se criar regras que permitissem ao leitor decifrar e usar adequadamente o sistema de escrita, difundindo-o e evitando que ele se perdesse.

Nas últimas décadas, estudos e teorias desenvolvidas por grandes pesquisadores têm influenciado diretamente as práticas de alfabetização nas escolas. Apesar de todas as interferências recentes, ainda se percebe resistências às mudanças e o uso de práticas pedagógicas tradicionais para o ensino da leitura e da escrita é recorrente. Segundo Soares (1990), toda vez que surge algo novo no universo do conhecimento relacionado à alfabetização, acontece um certo “deslumbramento” por parte de alguns profissionais que passam a assumir as novas teorias como se fossem a única verdade, descartando irremediavelmente o conhecimento utilizado anteriormente como base ou referencial de seu trabalho pedagógico. O professor discursa sobre o novo referencial, mas acaba usando seu velho modelo e criando, para si mesmo, uma série de conflitos de ordem intelectual.

O propósito deste trabalho é abordar a importância da contextualização dos métodos de alfabetização na perspectiva do letramento, mas sem perder a especificidade do ensino do sistema de escrita alfabética. Busca-se compreender os diferentes métodos de alfabetização no contexto do letramento para facilitar a aquisição da leitura e da escrita. É importante o professor saber que não existe o melhor método de alfabetização, mas compreender e trabalhar com cada um deles em diferentes casos, procurando ressignificar suas práticas.

Considerando que os alfabetizadores visam um único objetivo, que é alfabetizar a todos os estudantes, a escolha do tema justifica-se pela necessidade de conhecer como acontece o processo de alfabetização e como os alfabetizadores podem fazer para intervir na aquisição da leitura e da escrita de maneira a promover o desenvolvimento do letramento. Desse modo, a questão que guia a pesquisa é: por que é importante trabalhar os métodos de alfabetização no contexto do letramento e como fazer isso na prática?

A busca por respostas se deu por meio da pesquisa bibliográfica em obras como, Frade (2005), Mortatti (2006), Soares (2000; 2004; 2016), Cagliari (1998; 2003) entre outras que tratam da conceituação, história e características dos métodos de alfabetização, bem como da questão do letramento.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro “Surgimento da escrita e da alfabetização”; o segundo, “Historia dos métodos de alfabetização”; o terceiro,

“Os métodos de alfabetização no contexto do letramento” e o quarto, “Compreensão da alfabetização e do letramento”.

2 SURGIMENTO DA ESCRITA E DA ALFABETIZAÇÃO

As práticas de alfabetização podem ser melhor compreendidas quando se tem conhecimento da perspectiva histórica e do processo evolutivo pelo qual passaram as metodologias de alfabetização. A análise histórica permite identificar permanências e mudanças, de modo a compreender as origens dos procedimentos pedagógicos utilizados atualmente nas escolas. Dessa maneira, ainda que de forma breve, levantaremos aspectos relativos ao processo de desenvolvimento da escrita pela humanidade e a criação de regras para o ensino do sistema de escrita, que constitui o que chamamos de alfabetização.

Antes do surgimento da escrita, os gregos antigos encarregavam um mensageiro, que ia de navio ou a cavalo levar a notícia desejada. A comunicação só acontecia cara a cara. Sendo assim, não existia escrita somente uma comunicação entre as pessoas.

A escrita teve origem nos sistemas de contagem criado por povos antigos para a quantificação de gado, onde símbolos eram usados em ossos ou cajados para contar o número de animais. Essas marcas eram utilizadas, também, para as vendas e trocas, representando a quantidade de animais ou produtos. Era necessário inventar símbolos para o nome dos proprietários e produtos.

Posteriormente, o homem sentiu-se a necessidade de registrar os acontecimentos que ocorriam no seu cotidiano, passando a assinalar desenhos nas paredes das cavernas, usados também para escrever as leis e informações sobre o comércio daquela época, que deveriam ser consultadas sempre que preciso.

Segundo Cagliari (1998, p. 14) “naquela época de escrita primitiva, ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-los, repetindo um modelo mais ou menos padronizado, mesmo porque o que se escrevia era apenas um tipo de documento ou texto”.

Resgatando aspectos históricos da construção da escrita, encontramos registro de três fases: pictórica, ideográfica e alfabética, conforme referência de Cagliari (1998).

A fase pictórica é uma escrita simplificada constituída por pictograma, que representam os objetos da realidade em figuras e rabiscos, associados á imagem que se queria representar e não a um som, como na escrita que usamos hoje. Os primeiros registros foram encontrados em cavernas com as chamadas pinturas rupestres que representavam animais e cenas do cotidiano. Depois, esse tipo de escrita passou a ser feito em tabletes de argila e blocos de pedras.

Imagem 1- Pictogramas registrados em blocos de pedras.



Fonte: Google imagens

Na fase ideográfica a escrita era caracterizada por desenhos especiais, os ideogramas, que representavam os objetos por analogia. Com a evolução, esses desenhos acabavam perdendo seus traços mais representativos, tornando-se apenas convenções da escrita, que precisavam ser aprendidas para que se pudesse compreender o que eles queriam representar. Segundo Cagliari (1998), umas das escritas ideográficas mais importantes é hieroglífica desenvolvida pelo povo egípcio.

Imagem 2 - Hieroglifos em parede de templo egípcio.



Fonte: Google imagens

Com a evolução, os ideogramas perderam seu valor pictórico, dando origem às letras que passaram a ser apenas uma representação fonética. Esta é a fase alfabética da escrita, na qual as letras representam os sons da fala. Cada povo criou um alfabeto de acordo com a língua que falava. Um exemplo é a escrita cuneiforme desenvolvida pelos sumérios.

Imagem 3 - Escrita cuneiforme.



Fonte: Google imagens

Do sistema de escrita greco-latina é que origina o nosso alfabeto, mas para se chegar ao que conhecemos hoje, várias transformações ocorreram.

Segundo Cagliari (1998), com o surgimento da escrita, tornou-se necessária a criação de regras que permitissem ao leitor decifrar e usar adequadamente esse sistema, difundindo-o e evitando que ele se perdesse. É a partir dessa necessidade que surge a alfabetização.

Na Antiguidade, de acordo com Cagliari (1998) a alfabetização tinha caráter funcional, ligando-se à atividade que o aluno iria desempenhar no futuro, como lidar com o comércio ou ler textos religiosos e restringia-se à transmissão de conhecimentos de quem possuía para quem desejasse aprender. O essencial era a aprendizagem da leitura, sendo a escrita vista como consequência natural da habilidade de ler. A alfabetização acontecia quando os alunos aprendiam a ler algo já escrito e executavam cópias. Dessa forma, a leitura e a cópia sustentavam a alfabetização.

Assim, era considerado alfabetizado quem sabia ler a escrita utilizada no comércio e a escrita acontecia através de atos mecânicos. Essa metodologia não permitia que os alunos compreendessem o som das letras, sílabas e palavras, apenas memorizavam a palavra escrita.

Ainda baseado em Cagliari (1998), na Idade Média, a alfabetização não era uma atividade escolar. As crianças que podiam eram educadas em casa por alguém da família ou por um preceptor contratado para esta tarefa. Isso acontece até o século XVI.

O modelo de ensino que vai atravessar toda a Antiguidade e predominar também na Idade Média, é o chamado Método Sintético, considerado o mais antigo de todos. Este método considera a língua escrita objeto de conhecimento externo ao aprendiz e, a partir daí, realiza uma análise puramente racional de seus elementos. A instrução procede do mais simples para o mais complexo, em um processo cumulativo.

Conforme analisa Cagliari (1998), o Método Sintético seguia os seguintes procedimentos: o aprendiz dominava o alfabeto, nomeando suas letras, independente de grafia e valor fonético. A aprendizagem se dava através de soletramento das letras, repetindo-as em coro. Em seguida, a grafia das letras era apresentada e, numa primeira síntese, as sílabas sistematicamente ordenadas. Posteriormente eram introduzidas palavras mais simples e só depois as mais longas e complexas.

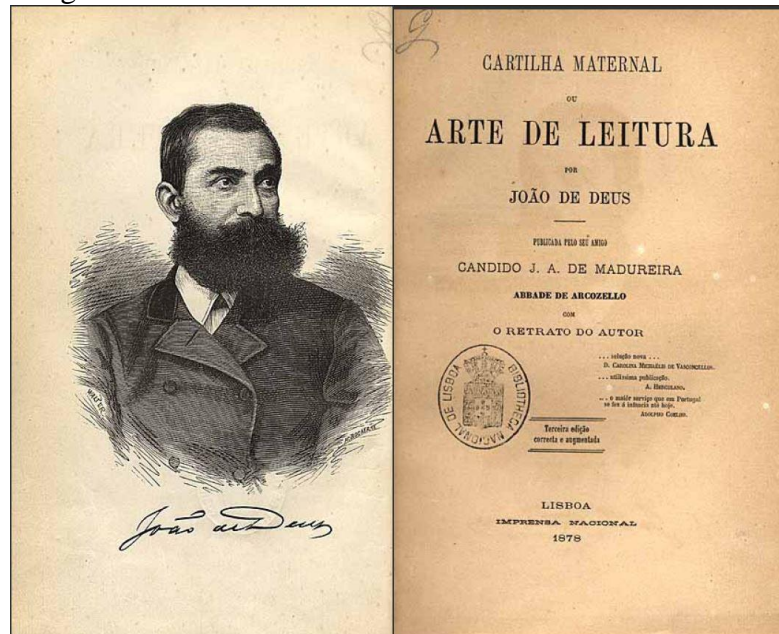
Nos séculos XV e XVI surgiram novas necessidades de alfabetização em função da difusão da imprensa na Europa e do conseqüente aumento no número de leitores. Foi nessa época, segundo Cagliari (1998) que apareceram as primeiras cartilhas de alfabetização.

O ensino era dividido em 'lições', cada uma tendo três partes, uma destinada aos alunos principiantes, outra aos médios e a terceira aos avançados. A primeira lição era a 'tábua do alfabeto'; a segunda, a 'tábua das sílabas'; a terceira, o silabário; a quarta, o segundo livro, para aprender a soletrar e a silabar; a quinta (ainda no segundo livro) cuidava da leitura para quem já sabia silabar perfeitamente, etc. No terceiro livro, os alunos aprendiam a ler com pausas (CAGLIARI, 1998, p. 20).

O autor cita a Cartinha de João de Barros como o livro mais antigo da língua portuguesa usado para alfabetizar. Este livro era indicado tanto para adultos quanto para crianças e não era destinado à escola, que não alfabetizava naquela época. O método usado era o sintético, partindo do conhecimento do alfabeto e do nome das letras, enfatizando a decifração da escrita em um processo combinatório de letras. Acredita-se que esta cartilha foi usada no Brasil para o ensino das primeiras letras e para a religião.

No Brasil, a cartilha portuguesa mais famosa foi a Cartilha Maternal de João de Deus (1830-1896). Para Cagliari (1998, p. 20), "a cartilha de João de Deus apresentava já uma forte tendência para o privilégio da escrita sobre a leitura [...] foi, sem dúvida, o modelo para muitas outras que vieram depois e que chegaram até os nossos dias".

Imagem 4 – Da cartilha certificada



Fonte: Google imagens

A partir da Revolução Francesa, no final do século XVIII, a alfabetização passou a ser matéria escolar, porém somente para as crianças filhas da burguesia, que eram ricos mas não tinham ligação com a nobreza. O povo simples e pobre continuava fora da escola.

A “popularização” da alfabetização fez com que as cartilhas sofressem mudanças, passando a ser mais desenvolvidas. E, segundo Cagliari (1998), o ensino silábico se sobrepôs ao alfabético. Este tipo de cartilha seria o modelo dos livros de alfabetização encontrados até hoje, o famoso bá-bé-bi-bó-bu. A cartilha era, antigamente, apenas um abecedário, tornando-se posteriormente uma tabela de letras que representava as escritas dos padrões silábicos da fala. Reestruturando-se, passa a conter palavras-chaves e sílabas geradoras tornando-se um livro de exercícios de escrita.

Em fins do século XIX e início do século XX, os métodos sintéticos passaram a ser duramente criticados por seu caráter mecânico, artificial e não-funcional. Nicolas Adam lançou, em 1787, as bases de um novo método de alfabetização: o Método Analítico. Este método propunha que fossem apresentadas palavras significativas ao aluno para que ele fosse capaz de reconhecê-las. Quando se tornasse capaz de reconhecer um determinado número de palavras, passava-se a escrever frases com elas e logo a habilidade de leitura estaria conquistada.

Esse método analítico surgiu devido a necessidade dos alunos de reconhecer as palavras, frases e o texto, com o reconhecimento do todo e posteriormente, identificar unidades menores. Somente depois que a criança sabia identificar um determinado número de palavra era considerado alfabetizada.

Conforme afirma Cagliari (1998), no Brasil, os métodos analíticos tiveram maior importância na década de 1930, com a psicologia fazendo testes de maturidade psicológica e condicionando o processo a resultados alcançados por meio destes estudos.

Até a década de 1950 a ênfase na alfabetização era dada à leitura, à decifração e identificação das palavras. Quando a escola começou a se dedicar à alfabetização das crianças pobres, com poucos recursos materiais, a ênfase passou a ser dada à produção escrita do aluno e não mais à leitura. “A atividade escolar deixou de privilegiar a aprendizagem e passou a cuidar exclusivamente do ensino - aquilo que o professor deveria fazer na sala de aula” (CAGLIARI, 1998, p. 26). Em lugar do alfabeto, passaram a ser utilizados uma série de outros procedimentos didáticos, como a apresentação de palavras-chave, sílabas geradoras e textos escritos apenas com palavras já estudadas.

O trabalho com as cartilhas, entretanto, não alcançou os resultados esperados e a escola enfrentou situação de fracasso na alfabetização dos alunos mais pobres. Até os anos de 1980 as escolas brasileiras não conseguiam alfabetizar mais que 50% dos alunos matriculados (CAGLIARI, 1998).

Algumas tentativas foram feitas no sentido de reverter essa situação, como a elaboração de manuais de apoio ao professor, visto que o problema poderia estar na maneira como os professores utilizavam os livros. Esta também não foi uma solução eficiente para o problema da alfabetização.

E, assim, de acordo com Cagliari (1998), a escola passou a ser um laboratório para psicólogos que, através da aplicação de testes, chegaram à conclusão de que o problema da alfabetização tinha sua origem na carência das crianças em alimentação, estímulos, motivação, dentre uma série de outros fatores. Foi inventado, portanto, um período que antecederia a alfabetização, o chamado período preparatório, onde seriam desenvolvidas as habilidades básicas até que a criança estivesse “pronta” para alfabetizar. Essas habilidades consistiam em discriminação visual, lateralização espacial, traçado de letras, capacidade de seguir um texto com os olhos, dentre outras. O processo de alfabetização só seria eficiente se houvesse “prontidão”. Com isso, além das cartilhas e do manual do professor, surgiram também livros com “exercícios de prontidão”.

No entanto, esse período preparatório não passou de um grande equívoco pedagógico e psicológico, não contribuindo para uma mudança efetiva no processo de aprendizagem da escrita pelas crianças. “Em meio a tantos equívocos, os resultados só podiam ser igualmente equivocados. Por trás de tudo, o que se nota é um grande preconceito contra a pobreza e as crianças menos favorecidas” (CAGLIARI, 1998, p. 29).

Pode-se dizer que grande parte do século XIX, no Brasil, foi tomada pelas discussões em torno do melhor método de alfabetização, procurando caminhos mais eficazes para o sucesso na aprendizagem da escrita.

Nesse sentido, Mortatti afirma:

Em nosso país, a história da alfabetização tem sua face mais visível na história dos métodos de alfabetização, em torno dos quais, especialmente desde o final do século XIX, vêm-se gerando tensas disputas relacionadas com ‘antigas’ e ‘novas’ explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública. Visando a enfrentar esse problema e auxiliar ‘os novos’ a adentrarem no mundo público da cultura letrada, essas disputas em torno dos métodos de alfabetização vêm engendrando uma multiplicidade de tematizações, normatizações e concretizações, caracterizando-se como um importante aspecto dentre os muitos outros envolvidos no complexo movimento histórico de constituição da alfabetização como prática escolar e como objetivo de estudo/pesquisa. (MORTATTI, 2006, p. 1).

E foi exatamente o tema do fracasso na alfabetização, a dificuldade das crianças em aprender a ler e escrever, que motivou as pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, na década de 1970 e divulgadas no Brasil nos anos 1980. Os resultados causaram uma verdadeira revolução conceitual no campo da alfabetização, por desviar o foco do método de ensino para os processos de aprendizagem na perspectiva do sujeito do conhecimento.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1999) alfabetizar é construir conhecimentos, isto é, alfabetizar é muito mais que um simples processo de decodificar símbolos e sons. Para as autoras, na alfabetização, a prática pedagógica deve considerar os modos como o aluno pensa, partindo do conhecimento que ele constrói sobre a palavra escrita, levando em conta o seu conhecimento cognitivo, para que a aprendizagem da leitura e da escrita aconteça sem os limites de respostas treinadas e memorizadas. Dessa forma, a alfabetização é a apropriação de um objeto conceitual; envolve um conceito de natureza complexa, cuja construção requer um processo de longa duração constituindo-se numa sequência crescente de níveis de complexidade da compreensão que o sujeito vivencia em direção à escrita alfabética.

Essa concepção construtivista da alfabetização fez repensar as práticas de ensino nos diferentes métodos. Desse modo, precisamos compreender muito bem o processo histórico no qual as metodologias se constituíram, considerando as disputas pela hegemonia em meio às

influências de diferentes concepções teóricas, como é o caso da psicogênese da língua escrita e dos estudos sobre o letramento.

3 HISTORIA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Para compreender o processo de constituição dos métodos de alfabetização no Brasil, destacaremos a seguir, os momentos fundamentais da alfabetização, segundo Mortatti, no período de 1876 á 1994, no estado de São Paulo, que é caracterizado pelas disputas em torno da hegemonia de determinados métodos de alfabetização, marcando importantes momentos históricos.

3.1 O primeiro momento: A metodização do ensino da leitura

Segundo Mortatti (2006, p. 5), em 1876, data eleita como marco inicial do primeiro momento crucial nessa história, foi publicada em Portugal a Cartilha Maternal ou Arte da Leitura, escrita pelo poeta português João de Deus.

Para o ensino da leitura, utilizavam-se, nessa época, métodos de marcha sintética (da ‘parte’ para o ‘todo’): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente, reunidas as letras ou os sons em sílabas, ou conhecidas as famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras. (MORTATTI, 2006, p. 5).

Diferentemente dos métodos até então habituais, o “método João de Deus” ou “métodos da palavração” baseava-se nos princípios da moderna linguística da época e consistia em iniciar da leitura pela palavra, para depois analisá-las a partir dos valores fonéticos das letras. (MORTATTI, 2006, p. 6).

Nesse momento vai até 1890, que o ensino da leitura e a escrita, é devido á questão de método, que significa como ensinar metodicamente, que está relacionado com o que ensinar, o ensino da leitura e escrita é tratado, então, como uma questão de ordem didática subordinada ás questões de ordem linguisticas (da época).

3.2 O segundo momento: Institucionalização do método analítico

Em 1920, sentiu-se os efeitos da autonomia didática proposta na Reforma Sampaio Dória. Surgindo assim, uma nova metodologia de ensino de leitura é escrita.

De acordo com esse método analítico, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo todo, para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas. No entanto, diferentes se foram tornando os modos de processuação do método, dependendo do que seus defensores consideravam o todo: a palavra, ou a sentença, ou a historieta. [...]. Nesse documento, priorizava-se a historieta (conjunto de frases relacionadas entre si por meio de nexos lógicos), como núcleo de sentido e ponto de partida para o ensino da leitura. (MORTATTI, 2006, p. 7).

É importante ressaltar que os momentos históricos estão envolvidos com os acontecimentos públicos e políticos. Esses dois momentos são importantes na história da alfabetização, pois passa do método de soletração e silabação para o analítico, onde a leitura inicia-se por um todo. A escrita nesse momento era entendida como uma questão de caligrafia (vertical ou horizontal), mediante á treino, exercícios de copia e ditados.

As disputas ocorridas nesse segundo momento fundam uma nova tradição: no ensino da leitura envolve enfaticamente questões didáticas, ou seja, como ensinar, a partir da definição das habilidades visuais, auditivas e motoras das crianças a quem ensinar, o ensino da leitura e escrita é tratado, então, como uma questão de ordem didática subordinada ás questões de ordem psicológicas da criança.

3.3 O terceiro momento: a alfabetização sobre medidas

Em meados da década de 1920, iniciou-se o terceiro momento que vai até a década de 1970. Começou quando os professores começam a questionar o método analítico. E insatisfeitos como; acontecia á aprendizagem dos alunos, buscaram novas soluções para as dificuldades da aprendizagem inicial de leitura e da escrita.

Essa tendência de relativização da importância do método decorreu especialmente da disseminação, repercussão e institucionalização das então novas e revolucionárias bases psicológicas da alfabetização contidas no livro Testes ABC para verificação a maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita (1934), escrito por M. B. Lourenço Filho. [...]. Também a partir dessa época, aproximadamente, as cartilhas passaram a se basear predominantemente em métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético e vice-versa) e começaram a se produzir os manuais do professor acompanhando as cartilhas, assim como se disseminou a ideia e a prática do período preparatório. (LOURENÇO FILHO, 1969 apud MORTATTI, 2006, p. 9).

Neste momento, há uma preocupação com o modo de ensinar dos professores, surgindo assim, uma cartilha de acompanhamento para os professores sobre o modo que deveria ser transmitido os conhecimentos aos alunos. E a escrita continuou sendo entendida como uma questão de habilidade caligráfica e ortográfica, que devia ser ensinada simultaneamente á habilidade de leitura; aprendizado de ambos demandava um “período preparatório”, que consistia em exercícios de discriminação e coordenação viso-motora e auditivo-motora, posição de corpo e membros, dentre outros.

3.4 O quarto momento: Construtivismo e desmetodização da alfabetização

A partir desse momento a preocupação não era o método de ensino e sim a aprendizagem dos alunos, como sujeito cognoscente, onde o construtivismo¹ aparece com uma revolução conceitual.

A partir do início da década de 1980, passou a ser sistematicamente questionada, em decorrência de novas urgências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de proposta de mudança na educação, a fim de se enfrentar particularmente, o fracasso da escola na alfabetização de crianças. Como correlato teórico-metodológico da busca de soluções para esse problema, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emilia Ferreiro e colaboradores. (MORTATTI, 2006, p. 10).

Nesse momento, percebem a necessidade do desenvolvimento intelectual dos alunos de acordo com suas habilidades, criatividade, desenvolverem o pensamento crítico dos alunos, fazer o aluno a pensar, criar conceitos, construir e reconstruir.

Observa-se também a emergência do pensamento interacionista² em alfabetização, que vai gradativamente ganhando destaque e gerando uma espécie de disputa entre seus defensores dos antigos métodos e defensores do construtivismo.

¹ Construtivismo é uma teoria a respeito da aprendizagem defendida por Emilia Ferreiro, que pesquisou o processo mental pelo qual as crianças aprendem a ler e a escrever. A ideia é que nada, está pronto e acabado, e o conhecimento não é algo terminado, destacando o papel ativo do sujeito na aprendizagem. Os conhecimentos são construídos pelos alunos mediante o estímulo ao desafio, ao desenvolvimento do raciocínio, à experimentação, à pesquisa e ao trabalho coletivo. Para Telma Weisz (2013), o que interessa é que a metodologia utilizada deve interagir com as reais necessidades de conhecimento dos alunos em cada momento do seu aprendizado.

² O pensamento que denomino interacionista baseia-se em uma concepção interacionista de linguagem de acordo com a qual o texto (discurso) é a unidade de sentido da linguagem e deve ser tomada como objetivo de leitura e escrita, estabelecendo-se o texto como conteúdo de ensino, que permite um processo de interlocução real entre professor e alunos e impede o uso de cartilhas para ensinar a ler e escrever.

O construtivismo foi apropriado como uma tendência pedagógica difundida em todo o país, como solução para as dificuldades encontradas pelas crianças no processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Diante do exposto, desde o início do período republicano até a década de 1980, as discussões pedagógicas ocorreram em torno da eficácia dos métodos de alfabetização. Até esse momento, não era corrente o discurso sobre o letramento, que ganhou espaço nos meios educacionais brasileiros, somente na segunda metade dos anos de 1980.

Segundo Soares (1996), uma das primeiras ocorrências do conceito de letramento foi feita por Mary Kato, em 1986, no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”:

[...] a função da escola, na área da linguagem, é introduzir a criança no mundo da escrita, tornando-a um cidadão funcionalmente letrado, isto é, um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente e para atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação (KATO, 1986, p. 7).

Sendo assim, o ponto de partida para o processo de aquisição da leitura e escrita, são os métodos de alfabetização, simultaneamente com o letramento, que são atividades contextualizadas e significativas, para os alunos, de acordo com a realidade vivenciada em diferentes linguagens. Nesse sentido, o letramento é entendido como complementar à alfabetização.

4 OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO LETRAMENTO

Considerando o conceito de letramento e a ampliação da alfabetização é um equívoco acreditar que o processo de alfabetização só será promovido com qualidade, se levando-se em conta a escolha do “melhor método” e desconsiderando todos os estudos e a busca de uma alfabetização com relevância e atividades significativas ao educando. É preciso o olhar atento do alfabetizador ao utilizar o método de alfabetização como um recurso para promover não só as capacidades linguísticas da escrita, mas os aspectos socioculturais e interativos da escrita.

Atualmente quando se fala em método de alfabetização, é importante repensar as práticas pedagógicas, compreendendo que a apropriação da leitura e da escrita não é um processo mecânico. Assim, em qualquer método, a apropriação da leitura e da escrita deve favorecer a apropriação da cultura e dos bens acumulados historicamente, pois a escola é um dos espaços de acesso e desenvolvimento da cultura letrada.

Método é um caminho, em direção á criança alfabetizada, e se, para trilhar um caminho, é necessário conhecer seu curso, seus meandros, as dificuldades que se interpõem, alfabetizares (as) dependem do conhecimento dos caminhos da criança- dos processos cognitivos e linguísticos de desenvolvimento e aprendizagem da língua escrita- para orientar seus próprios passos e os passos das crianças – é o que se denominou alfabetizar com método: alfabetizar conhecendo e orientando com segurança o processo de alfabetização, o que se diferencia fundamentalmente de alfabetizar trilhando caminhos predeterminados por convencionais métodos de alfabetização. (SOARES, 2016, p. 352)

Desse modo, o processo de alfabetização exige uma visão ampla dos responsáveis pelo processo, que segundo Magda Soares (2016), o processo de alfabetização tem muitas facetas que precisam ser lapidadas para haver a perfeição, do mesmo modo, acontece no processo de alfabetização, que precisa de todos os componentes para que haja a alfabetização da criança.

Dessa maneira, como os métodos tradicionais de ensino da leitura e da escrita podem favorecer o domínio do alfabeto, promovendo a reflexão sobre as práticas de uso social da escrita na sociedade?

Os métodos tradicionais trabalham- se com os fônemas e grafemas, utilizado a letra, sílaba, palavra, frase ou o texto, que podem ser agregados com o letramento, que são atividades dentro do contexto da criança, como por exemplo; utilizar o rótulo, cartão ou convite, que se propõem- se que as crianças identifiquem uma letra, sílaba, palavra... Com isso, a criança tem facilidade para compreender e associar.

4.1 Aspectos conceituais dos métodos de alfabetização

Segundo Frade (2005), os métodos de alfabetização agrupam-se em métodos sintéticos e métodos analíticos, subdivididos em processos distintos.

Os métodos sintéticos vão das partes para o todo. Nos métodos sintéticos, temos a eleição de princípios organizativos diferenciados, que privilegiam as correspondências fonográficas. Essa tendência compreende o método alfabético, que toma como unidade a letra; o método fônico, que toma como unidade o fonema; o método silábico, que toma como unidade um segmento fonológico mais facilmente pronunciável, que é a sílaba. A disputa sobre qual unidade de análise a ser considerada (a letra, o fonema ou a sílaba), é que deu o tom das diferenciações em torno das correspondências fonográficas. Para esse conjunto de métodos denominados sintéticos, propõe-se um distanciamento da situação de uso e do significado, para a promoção de estratégias de análise do sistema de escrita.

Os métodos analíticos partem do todo para as partes e procuram romper radicalmente com o princípio da decifração. São mais conhecidos os métodos globais de contos, o de sentencição e o de palavração. Está presente nesse movimento metodológico a defesa do trabalho com sentido, na alfabetização. Assim, esses métodos buscam atuar na compreensão, por entenderem que a linguagem escrita deve ser ensinada à criança respeitando-se sua percepção global dos fenômenos e da própria língua. São tomados como unidade de análise a palavra, a frase e o texto. Esses métodos supõem que, baseando-se no reconhecimento global, como estratégia inicial, os aprendizes podem realizar, posteriormente, um processo de análise de unidades menores da língua.

Quadro 1: Classificação dos métodos de alfabetização

Classificação dos Métodos de Alfabetização	
Métodos sintéticos	Métodos Analíticos
<ul style="list-style-type: none"> • Método Alfabético • Método Silábico • Método Fônico 	<ul style="list-style-type: none"> • Método de Palavração e Sentencição. • Método Global • Método Natural

Fonte: (MORTATTI, 2006).

4. 1.1 Método Alfabético

Dentre os processos do método sintético, alfabético é o mais antigo, que foi utilizado até início do século XX. Ele baseia-se na memorização dos nomes das letras do alfabeto para depois formar sílabas e palavras.

Consistia em apresentar partes mínimas da escrita, as letras do alfabeto, que, ao se juntarem umas às outras, formavam as sílabas ou partes que dariam origem às palavras. Os aprendizes, primeiro, deveriam decorar o alfabeto, letra por letra, para encontrar as partes que formariam a sílaba ou outro segmento da palavra: somente depois viriam a entender que esses elementos poderiam se transformar numa palavra. (FRADE, 2005, p. 23).

Depois, criou-se o procedimento de soletração, que gerou exaustivos exercícios de “cantilenas”, que era cantar os nomes das letras e suas combinações. Sendo assim, os alunos teriam que juntar a escrita com a fala, exemplo: bê a/ ba, ene a/ na, ene a/na: Banana. Esses exercícios eram fatigantes, pois demorava muito tempo para se chegar ao seu significado.

Um exemplo de materiais elaborados para aplicação do método alfabético são as Cartas de ABC e o Silabário.

O método alfabético trazia uma vantagem: o próprio nome de cada letra do alfabeto (com algumas exceções) remete a pelo menos um dos fonemas que ela representa na escrita. Entretanto, no momento de leitura das palavras, na junção das partes feita mediante a pronúncia do nome da letra, ocorria um percurso tortuoso. Era preciso pronunciar primeiro o nome da letra, mas também tentar abstrair os outros sons existentes em seu nome. Isso era necessário porque, ao se pronunciar o nome da letra, entravam sons que não pertenciam à sílaba ou à palavra. Tente imaginar a abstração necessária ao aprendiz, para retirar o excesso de sons na palavra que se soletra assim: ‘bê-a-ba, ene-a-na, ene-a-na = banana’. Talvez por isso tenham sido criados outros alfabetos, como o alfabeto popular de regiões do nordeste: a, bê, cê, dê, ê, fê... lê, mê, nê, etc., que ajudam a eliminar algumas sobras de sons, na hora da junção de letras. Assim, se poderia soletrar, com menos sacrifício: bê-a-ba, nê-a-na, nê-a-na = banana. (FRADE, 2005, p. 24).

É muito importante destacar que esse método apresentava o som do próprio nome de cada letra do alfabeto, facilitando assim a aprendizagem dos alunos. Mas existem outras letras e seus sons que interferiam na compreensão da letra principal da palavra ensina. A aprendizagem desse método o aluno deveria soletrar varias fazer a mesma palavra em um ato mecânico.

4.1.2 Método fônico

Ele também faz parte do método sintético, o método fônico surgiu com uma crítica do método alfabético. E como o próprio nome indica, representa o som. Mas como acontece primeiramente se aprende o fonema (som) de cada letra (grafema) depois junta o som de duas letras formando a sílaba depois da formação da sílaba forma a palavra.

Segundo Braslavsky (1988), no método fônico começa-se ensinando a forma e o som das vogais. Depois ensinam-se as consoantes, estabelecendo entre consoantes e vogais relações cada vez mais complexas. Cada letra é aprendida como um som que, junto a outro som, pode formar sílabas e palavras. Para o ensino dos sons, há uma seqüência que deve ser respeitada, indo-se de relações diretas entre fonemas e grafemas para relações mais complexas. Na organização do ensino, a aprendizagem da relação fonema/grafema é o principal objetivo. (FRADE, 2005, p. 25).

Este método é muito utilizado nos dias atuais, pois quando a criança pronuncia com sua voz uma determinada letra ela estabelece relação do som da letra que representa a letra indicada, passando a compreender mentalmente o som e a escrita, adquirindo assim uma aprendizagem significativa.

O método fônico traz uma vantagem. Nos casos em que realmente há uma correspondência direta entre um fonema e sua representação escrita, os aprendizes vão decifrar rapidamente, desde que entendam essa relação e decorem as correspondências. Os casos de correspondência direta entre fonemas e letras descritos por Lemle (1991) são: **p** e **b**, **v** e **f**, **t** e **d**. Cada uma dessas letras sempre representa o mesmo fonema e só representa esse fonema (e mais nenhum outro). Por isso, não oferece maior dificuldade para a decodificação e a codificação. No entanto, existem alguns problemas. Há variações dialetais na pronúncia das palavras e, mesmo assim, elas são escritas de forma estável. Por exemplo: a palavra *tomate*, escrita com **o** e **e**, é pronunciada como [tumatSi] ('tumatchi') em algumas regiões do Brasil. Outro problema é que algumas letras podem representar diversos fonemas, segundo sua posição na palavra: a letra **s**, por exemplo, corresponde a diferentes fonemas, conforme apareça no começo da palavra (*sapato*, *semente*, *sílabas*, *sorte*, *susto*) ou entre vogais (*casa*, *pose*, *música*, *pouso*, *usual*). Além disso, um fonema pode ser representado por várias letras: o fonema /s/ por ser representado pela letra **s** (*sapato*), pela letra **c** (*cenoura*), pela letra **ç** (*laço*), pelo dígrafo **ss** (*assar*), pelo dígrafo **sc** (*descer*), pelo dígrafo **xc** (*excelente*). (FRADE, 2005, p. 26, grifo do autor).

O método fônico é significativo por mostra para a criança o som receptivo da letra escrita no quadro, caderno, jogos... através do visual e do auditivo as crianças aprendem, pois as crianças pronunciam varias fazer o mesmo som das letras, memorizando. Algumas letras tem fonemas diferentes, onde dificulta a compreensão dos alunos. Partindo, para o sistema ortográfico.

4.1.3 Método Silábico

É outro método sintético, que a principal unidade a ser analisada é a sílaba. Geralmente muito utilizado em cartilhas, o professor ensina primeiro as vogais e seus encontros, como por exemplo: ai, oi, ui.

Esse método é ensinando aos alunos em famílias silábicas, inicialmente compostas por consoantes e vogais, como por exemplo: a família do B = ba- be- bi- bo-bu. É apresentado para os alunos em uma ordem, que é do mais fácil para o mais difícil, ou seja, das sílabas simples para as complexas.

Esse método utiliza-se palavras-chave apenas para indicar as sílabas, que são destacadas das palavras e estudadas sistematicamente em famílias silábicas. Estas são recompostas para formar novas palavras. O método permite que se formem novas palavras apenas com as sílabas já apresentadas e formam-se, gradativamente, pequenas frases e textos, forjados para mostrar apenas as combinações entre sílabas já estudadas. (FRADE, 2005, p. 27).

Outro exemplo do método silábico é a palavra rei: onde a palavra **rei** a sílaba destacada é o re, que forma novas palavras como **rede**, **remo**...

O método silábico tem uma vantagem: ao se trabalhar com a unidade sílaba, atende-se a um princípio importante e facilitador da aprendizagem: quando falamos, pronunciamos sílabas e não sons separados. Assim, suprime-se a etapa tortuosa pela qual o aluno passa ao tentar transformar letras ou fonemas em sílabas, como no método de soletração (alfabético) ou no fônico. Além disso, o método silábico se presta bem a um trabalho com determinadas sílabas às quais não se aplica o princípio de relação direta entre fonema e grafema. Existem várias sílabas que comportam mais letras do que os sons que pronunciamos: na representação da nasalidade, em algumas palavras, escrevemos as letras **n** ou **m** sem que elas correspondam a algum som (**canto**, **campo**); nos dígrafos, usamos duas letras para representar um único som (**chuva**, **carro**, **excelente**, **gueto**, **brinquedo**). (FRADE, 2005, p. 29, grifo do autor).

Outro problema que geralmente aparece na organização dos métodos silábicos é que os textos “fabricados” para treino das sílabas são artificiais, muitas vezes sem sentido e descolados de qualquer uso social.

4. 1.4 Método de palavrção e sentencição

O método de palavrção e sentencição fazem parte dos métodos analíticos, que partem de um todo para as partes menores, nasceu em 1962, por Paulo Freire.

Esse método consiste em utilizar a palavra com base. Os alunos aprendiam algumas palavras associadas a imagens visuais. Somente depois que os alunos reconhecem um grande número de palavra, estas são divididas em sílabas para formar outras palavras.

Nesse método, apresenta-se uma palavra que, posteriormente, é decomposta em sílabas. Você pode estar se perguntando: não é o mesmo processo do método silábico? A diferença desse método em relação ao silábico é que as palavras não são decompostas obrigatoriamente no início do processo, são apreendidas globalmente e por reconhecimento. A escolha de palavras também não obedece ao princípio do mais fácil ao mais difícil. São apresentadas independentemente de suas regularidades ortográficas. O importante é que tenham significado para os alunos. (FRADE, 2005, p. 33).

Neste método utiliza as palavras chaves para a alfabetização, através dessas palavras podemos fazer várias atividades com os alunos, pedindo que os alunos identifiquem, uma determinada sílabas ou podemos também, trabalhar com a identificação das palavras, onde colocamos as palavras agrupadas e pedimos para os alunos identificarem uma determinada palavra.

Para Gilda Rizzo Soares (1986), Comênio é apontado como o introdutor do método da palavração. Nesse método, as palavras são apresentadas em agrupamentos e os alunos aprendem a reconhecê-las pela visualização e pela configuração gráfica. Os defensores dessa memorização pelo perfil gráfico acreditavam ser essa estratégia cognitiva algo natural no ser humano. Em suas aplicações, as figuras podem acompanhar as palavras, no início do processo, e a repetição garante a memorização. Ao mesmo tempo em que são incentivadas estratégias de leitura inteligente, a atenção do aluno pode ser dirigida a componentes da palavra escrita ou falada, como letras, sílabas e sons. Essas duas estratégias reunidas garantiriam o enfrentamento de textos novos. (FRADE, 2005, p. 33).

Com esse método os alunos aprendem a reconhecer as palavras visualmente pela configuração gráfica. Sendo assim, a aprendizagem cognitiva é natural dos alunos, mas há uma dificuldade para os alunos em enfrentar palavras novas, quando os professores se limitam à simples visualização, sem incentivar a análise e o reconhecimento de partes da palavra.

4. 1.5 Método de Global de Contos

Mais tardio, do ponto de vista histórico, é o aparecimento e utilização do método global de contos ou de historietas. Nesse método, a unidade tomada como ponto de partida é o texto (histórias de contos).

Para o trabalho com os métodos globais, eram produzidos os chamados pré- livros. Neles, tanto poderia ser utilizado um texto já conhecido de antemão (como foi o

caso do pré-livro *As mais belas histórias*, de Lúcia Casasanta) ou um texto desconhecido, em que cada lição é um conto completo, mesmo que os personagens do livro reaparecessem em diversos contos. O livro de Lili, de Anita Fonseca, utilizado em vários estados brasileiros, é exemplar dessa forma de organização. (FRADE, 2005, p. 34).

Dessa forma a alfabetização parte de um reconhecimento global de um texto que é lido e memorizado durante um período, somente depois de aperfeiçoar o texto, seria decomposto em frases, palavras e sílabas.

Os métodos globais têm uma vantagem. A linguagem é apresentada de uma maneira que se aproxima mais do uso efetivo do que nos outros métodos, porque não se dissocia a forma do significado. Apesar do tom artificial de alguns textos e mesmo quando se elege a organização por palavra ou sentença, a criança tem acesso a uma significação, podendo ‘ler’ palavras, sentenças ou textos desde a primeira lição, por reconhecimento global. Supõe-se que, assim, mantém-se o interesse desde o início do processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Esse tipo de leitura, com foco na memorização global, possibilita que os alunos não se percam na tentativa de decodificação e que leiam com rapidez palavras conhecidas. (FRADE, 2005, p. 37).

4. 1.6 Método de Natural

O método natural faz parte dos métodos analíticos que partem de um todo para as partes menores. Ele faz uma relação com o método global á diferença e que esse é espontâneo de textos escritos pelas crianças, a partir de um grande número de palavras conhecidas pela classe. A aprendizagem promovida é natural em um processo fisiológico de construção dos sistemas operacionais de leitura.

O método natural utilizado pelo pedagogo francês Freinet e assumido por ele como uma adesão ao método global de leitura teria como foco a produção escrita. Na tarefa de escrever, a criança teria necessidade de solicitar a um adulto um modelo gráfico das palavras. Para ele, a vontade de escrever da criança seria mantida pelo incentivo de que ela se comunicasse á distância. A leitura, assim, seria consequência da escrita. O papel do adulto seria informar, quando necessário, as formas escritas que trouxessem dificuldades para as crianças, impedindo-as de se ocupar do significado do texto. Acredita-se que, á medida que elas fossem escrevendo, gravariam a forma global das palavras e que estariam também atentas á decodificação, em fase posterior. (FRADE, 2005, p. 38).

A metodologia de alfabetização desse método é criativa, porque consiste em oferecer estímulos sócio- ambientais específicos para os alunos como por exemplo o ambiente da sala deve haver ilustração das palavras, que servem com base para a construção de palavras novas, que visam à reprodução do processo natural e espontâneo de construção dos esquemas de

leitura. Acontecendo através das motivações, potencial e linguagem do aluno, que escolhe o seu próprio vocabulário que servirá de base para a aprendizagem dele.

Nos quadros que seguem, pode-se verificar aspectos conceituais de cada um dos métodos/processos de alfabetização.

Quadro 2: Os métodos de alfabetização

MÉTODO	PROCESSOS USUAIS	UNIDADE LINGÜÍSTICA DE PARTIDA	ÊNFASE	VANTAGENS	DESVANTAGENS
SINTÉTICO	ALFABÉTICO	Letras do alfabeto	Memorização dos nomes das letras do alfabeto para depois formar sílabas e palavras.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O próprio nome da letra remete ao som que ela representa na escrita; (em alguns casos) ✓ É mais simples para o professor. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Treinamento e mecanização; ✓ Memorização sem compreensão; ✓ Soletração com exercícios de cantilenas; ✓ Complicação na pronúncia dos sons; ✓ Dificuldades para produzir textos.
	FÔNICO	Sons - Fonemas	<p>Relação direta entre fonemas e grafemas.</p> <p>ETAPAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo das vogais 2. Aglutinação: vogais e consoantes 3. Estudo das consoantes 4. Aglutinação: vogais e consoantes <ul style="list-style-type: none"> - monossílabos significativos - dissílabos - trissílabos - polissílabos 5- Dificuldades: dígrafos, encontros consonantais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Decifração rápida nos casos de correspondência direta: /p/, /b/, /t/, /d/, /f/, /v/, /c/, /g/; ✓ Ajuda na discriminação de sons similares: surdos e sonoros que geram trocas como: PATO - BATO FACA - VACA 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não considera as diferenças entre fala e escrita; ✓ Omite as variações dialetais; ✓ Algumas letras podem representar diversos fonemas, e um fonema pode ser representado por várias letras; ✓ Trabalha os sons isolados do contexto; ✓ Não resolve o problema das relações indiretas.

	SILÁBICO	Sílabas	<p>Famílias silábicas (ordem do mais fácil para o mais difícil)</p> <p>ETAPAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Palavra-chave 2. Destaque da sílaba 3. Apresentação da família silábica 4. Formação de palavras novas 5. Formação de sentenças 6. Formação de textos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atende-se a um princípio importante e facilitador da aprendizagem: quando falamos, pronunciamos sílabas e não sons separados. ✓ Processo de decodificação é rápido e simples; ✓ A unidade básica da língua é a sílaba e não o fonema; ✓ Mais fácil para o professor, pode seguir a ordem e sequência das cartilhas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A complexidade é organizada do ponto de vista do adulto, e os textos para treino das sílabas são artificiais, em alguns casos, sem sentido ou função social; ✓ Treinamento mecânico; ✓ Dificulta a compreensão da leitura; ✓ Não há espaço para criação; ✓ Não respeita as hipóteses conceituais da criança na construção da leitura.
--	-----------------	----------------	---	--	---

MÉTODO	PROCESSOS USUAIS	UNIDADE LINGÜÍSTICA DE PARTIDA	ÊNFASE	VANTAGENS	DESVANTAGENS
ANALÍTICO	PALAVRAÇÃO	Palavra (posteriormente é decomposta em sílabas)	Reconhece as palavras pela visualização e pela configuração gráfica (Memorização)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A ênfase no significado e em ações inteligentes de busca de leitura como fonte de prazer e informação; ✓ A crença na ligação entre a percepção de ideias e formas na aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aparecem as dificuldades em enfrentar palavras novas, quando os professores se limitam à simples visualização, sem incentivar a análise e o reconhecimento de partes da palavra.
	SENTENCIAÇÃO	Sentença (posteriormente será decomposta em palavras e finalmente em sílabas)	Identifica a palavra visualmente, mas inicialmente não decodifica.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Trabalhar com a frase, considerada como a unidade mais complexa da língua; ✓ Enfatizar um tipo de leitura que pode utilizar pistas do contexto para compreensão. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gastar muito tempo com a memorização; ✓ Dar pouca atenção à análise de palavras.
	GLOBAL DE CONTOS	Texto	Leitura com foco na memorização global. ETAPAS: <ol style="list-style-type: none">1. Conto/todo.2. Sentenciação.3. Porções de sentido.4. Palavração.5. Silabação.6. Formação de novas palavras.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A linguagem é apresentada de maneira que se aproxima mais do uso efetivo, porque não se dissocia a forma do significado; ✓ É feito de maneira contextualizada; ✓ Facilita a criação de produção de textos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mais complexo para o professor; ✓ É um processo mais lento; ✓ Pode comprometer a decodificação; ✓ Exige excessiva memorização e exaustivo treino de escrita; ✓ É cansativo para os alunos; exige muita técnica da professora; Retarda a eclosão das

			7. Formação de novos textos.		dificuldades de transposição da linguagem oral para a linguagem escrita.
	NATURAL	Palavras (produção escrita)	Produção “espontânea” de textos, registros, trabalhos, jogos e ilustrações, consiste em um processo de construção.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Privilegia-se a escrita e a leitura quando essas se fazem necessárias nas situações de uso, com sentido; ✓ As crianças aprendem o sistema de escrita, lendo e escrevendo textos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O risco de se cair no espontaneísmo se o professor não fizer as intervenções necessárias, deixando o processo por conta do aluno.

(Adaptado pela professora Márcia Resende)

É importante, que os alfabetizadores não propriamente ensinem, mas guiem a criança em seu desenvolvimento em processos internos que levem a formulação de hipóteses, a formação de conceito sobre um objeto de conhecimento com o qual se defronta- a língua escrita, criar proposta de situação problemas que levem a criança a experimentar a escrita.

Conclui-se que, para alfabetizar o professor precisa conhecer, compreender, diferenciar, diversificar, orientar e saber quais as vantagens de usar cada método de alfabetização. E o principal, fazer intervenções sempre que necessário em cada situação de aprendizagem dos alunos. Trabalhar com os métodos de alfabetização no contexto do letramento com atividades contextualizadas e significativas para as crianças.

De acordo com Magda Soares (2016), o processo de alfabetização não é uma questão de métodos e sim de procedimentos utilizados para a aquisição da leitura e escrita. Portanto, o professor deve acompanhar as mudanças que existe na alfabetização, pois, exige do alfabetizador novas formas de tornar eficaz e prazeroso o processo de alfabetização.

5 COMPREENSÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO

Até os anos de 1980 do século passado, a alfabetização era estudada na perspectiva metodológica, tendo como foco a busca por um método perfeito. Com o advento das pesquisas de Emilia Ferreiro sobre o processo de construção da alfabetização, bem como os estudos sobre o letramento, a discussão se volta para as práticas sociais da escrita no processo de alfabetização, compreendendo que a apropriação da leitura e da escrita é maior que a simples decodificação.

Para Ferreiro e Teberosky, os diferentes métodos de ensino da leitura ora consideram a aprendizagem como uma questão mecânica das correspondências fonema-grafema (método sintético), ora defendem que a leitura é um ato global e ideovisual (método analítico) ou ainda tentam resolver essas discrepâncias com a proposta de métodos mistos.

O ensino tradicional obrigou as crianças a reaprender a produzir os sons da fala, pensando que, se eles não são adequadamente diferenciáveis, não é possível escrever num sistema alfabético [...] não se trata de ensinar as a fazer uma distinção, mas sim de levá-las a se conscientizarem de uma diferença que já sabiam fazer. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 27).

A criança, em seu meio social, recebe constantes estímulos, seja ao ver televisão, placas de propagandas, lidar com computadores... ela não chega à escola sem conhecimento e nem fica esperando que alguém lhe traga esse conhecimento. É importante considerar essas experiências que são diferentes para cada criança, afinal o ritmo de cada criança é diferente, assim como as influências e estimulações proporcionadas pelo meio social em que estão inseridas. Cada aluno tem sua forma particular e o seu processo de aprendizagem.

Nessa mesma perspectiva, Soares (2001, p. 58), enfatiza que não basta somente ensinar a simples decodificação das letras, mas é preciso levar a criança a fazer uso da escrita, envolvendo-se em práticas sociais de leitura e escrita. O processo de letramento tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade, ou seja, desde que nasce.

A questão do letramento já ultrapassou os muros da academia e o cotidiano de pesquisadores para chegar às escolas e às salas de alfabetização. Os próprios livros de alfabetização já incorporaram o termo e se propõem então, que é alfabetizar letrando. Mas o que é significa isso afinal? Será que a alfabetização cedeu lugar ao letramento? É mais importante alfabetizar ou letrar? Que modificações devem ocorrer na prática alfabetizadora para que o letramento seja garantido?

Tantas indagações são pertinentes em função de uma questão que incomoda os alfabetizadores, pois o sentido de letramento faz com que o ato de ler e escrever seja ampliado para a compreensão e a apropriação da língua em diferentes contextos sociais, permitindo ao sujeito exercer ativamente sua capacidade discursiva.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento (SOARES, 2004, p. 14).

Neste sentido, é preciso incluir o letramento no processo de alfabetização para que ocorra a produção de sentido e não uma simples leitura mecanizada. Ler compreendendo aquilo que se está lendo, relacionando com conceitos já adquiridos, interpretando o discurso do autor é aplicar o conceito de letramento.

Ao longo das duas últimas décadas, abordagens sociais da língua escrita alteraram significativamente a compreensão do conceito de alfabetização, incluindo o termo letramento³ que, segundo Soares (1998), surgiu no Brasil a partir da década de 1980, nos estudos de Mary Kato (1986), Tfouni (1988), Kleiman (1995), tendo continuidade em inúmeros estudos na área, com destaque para Magda Soares (1996, 2001, 2003). Para Kleiman (1995) os estudos sobre letramento surgiram na tentativa de separar os estudos sobre a alfabetização dos estudos sobre o “impacto da escrita” como produto histórico, social e cultural de diversos grupos.

Letramento é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive: saber ler e lê jornais, revistas, livros, saber ler e interpretar tabelas, quadros, formulários, sua carteira de trabalho, suas contas de água, luz, telefone, saber escrever e escreve cartas, bilhetes, telegramas sem dificuldade, sabe preencher um formulário, sabe redigir um ofício, um requerimento. São exemplos das práticas mais comuns e cotidianas de leitura e escrita, muitas outras poderiam ser citadas. (SOARES, 2000, p. 2).

Dessa forma, letramento tem a ver com a escrita e seu impacto social, isto é, o indivíduo se apropriando da escrita e usando-a em seu contexto social de forma ativa,

³ Letramento é uma tradução de literacy. ‘Etimologicamente, a palavra literacy vem do latim littera (letra), com sufixo –cy, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser.[...] literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a idéia de que a escrita traz conseqüências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, lingüísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la (SOARES, 2001, p. 17).

enquanto na alfabetização o sentido da escrita permanece restrito às competências individuais no uso e na aplicação do sistema alfabético e o desenvolvimento da consciência fonológica. O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita, ou seja, vai além do ato de ler e escrever, remete a um nível superior, ao nível de compreender e se apropriar do conhecimento tomando proveito dele.

A visão de que alfabetização e letramento são processos interdependentes e indissociáveis foi defendida por Soares (2004, p. 14), ao afirmar que “[...] a entrada da criança [...]” no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita a alfabetização e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita o letramento.

A aprendizagem das relações fonema-grafema ocorre (ou deve ocorrer) em situações significativas de uso da língua escrita, ao mesmo em que o letramento desenvolve-se com o domínio do funcionamento do sistema de escrita, numa relação de interdependência.

Contudo, Soares (op. cit., p. 15) enfatiza que a permanência dos dois termos, alfabetização e letramento, justifica-se pela natureza diferente de cada um desses processos que envolvem conhecimentos e habilidades específicas, que implicam formas de ensino também diferenciadas. A autora alerta que a especificidade da alfabetização deve ser mantida, não podendo ser confundida com o letramento, ou seja, é necessário ensinar sistematicamente o funcionamento do sistema de escrita para garantir a sua apropriação, sem perder de vista o contexto de letramento, com a participação em eventos variados de leitura e escrita.

Alfabetizar/letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita: substituindo as tradicionais e artificiais cartilhas por livros, por revista, por jornais, enfim, pelo material de leitura que circula na escola e na sociedade, e criando situações que tornem necessárias e significativas práticas de produção de textos (SOARES, 2000, p. 2).

Considerando o conceito de letramento e a ampliação da alfabetização, Gontijo (2006) sugere que, para iniciar o trabalho com a alfabetização na escola é preciso conhecer as expectativas dos alfabetizandos em relação ao aprendizado da leitura e da escrita como também saber sobre as suas experiências anteriores: Quais palavras conhecem? Que livros existem em sua casa? Que usos fazem da escrita no cotidiano familiar? Os pais sabem ler e escrever?

Uma maneira simples de conhecer as experiências das crianças com a escrita é pedir que levem para a escola palavras conhecidas, recortadas de jornais e revistas ou retiradas e embalagens de produtos utilizados em suas casas, etc. Essas palavras podem ser coladas nos cadernos das crianças ou em mural e se tornarem ponto de partida para realização de vários jogos que auxiliam o desenvolvimento da leitura e da escrita como caça-palavras, cruzadinhas, bingos, etc. Além disso, o mais importante é discutir com as crianças os significados das palavras e suas funções no contexto onde estavam escritas. [...] é importante, também, conversarmos com as crianças e com os adultos responsáveis por elas sobre livros ou outros materiais escritos que possuem em suas casas; questioná-los sobre quando e para que são usados e incentivar as crianças a levar os livros, jornais, revistas e outros portadores de textos existentes em sua casa para a escola para serem lidos e explorados nas salas de aula. [...] Devemos conversar sobre os significados e funções dessas escritas, registrar com os alunos as observações e criar situações de ensino-aprendizagem que envolvam a escrita dos nomes existentes na comunidade. (GONTIJO, 2006, p. 9-10)

A ampliação conceitual acerca da alfabetização foi motivada principalmente pelo paradigma cognitivista, que no Brasil difundiu-se como construtivista e sócio-construtivista, baseado inicialmente nas pesquisas psicogenéticas que buscavam entender o processo de aprendizagem de qualquer conhecimento escolar. Entre nós, o paradigma cognitivista chegou pela via da alfabetização, representado pelas pesquisas desenvolvidas por Emília Ferreiro e seus colaboradores. Realizadas com o objetivo de entender os processos e etapas construídas pela criança para aprender a ler e a escrever, essas pesquisas demonstram que, ao chegarem à escola, as crianças trazem muitas informações sobre o funcionamento do sistema de escrita.

Assim, a questão central da alfabetização deixou de ser o ensino e passou a se preocupar com a aprendizagem do aluno, buscando identificar os processos cognitivos que estão subjacentes à aquisição da escrita, compreender as hipóteses da criança e o conhecimento que ela já possui antes mesmo de inserir no espaço escolar. A teoria psicogenética na alfabetização não pretende propor mais um método de ensino, mas entender e explicar o processo de construção da língua escrita⁴.

A discussão em torno do processo construtivo na alfabetização e as ressalvas feitas aos métodos tradicionais de ensino tiveram impacto também sobre os materiais didáticos, especialmente as cartilhas⁵, que sofreram críticas quanto ao seu caráter ideológico, à presença

⁴ Para Ferreiro e Teberosky, os diferentes métodos de ensino da leitura ora consideram a aprendizagem como uma questão mecânica das correspondências fonema-grafema (método sintético), ora defendem que a leitura é um ato global e ideovisual (método analítico) ou ainda tentam resolver essas discrepâncias com a proposta de métodos mistos. “O ensino tradicional obrigou as crianças a reaprender a produzir os sons da fala, pensando que, se eles não são adequadamente diferenciáveis, não é possível escrever num sistema alfabético [...] não se trata de ensinar as a fazer uma distinção, mas sim de levá-las a se conscientizarem de uma diferença que já sabiam fazer”. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1999, p. 27).

⁵ No livro ‘Alfabetização e Letramento’, publicado por Soares em 2003, encontram-se artigos produzidos no período de 1985 a 1998, que trazem a discussão sobre as implicações do uso de manuais didáticos na alfabetização, como as cartilhas, considerando a natureza complexa e multifacetada desse processo. A autora defende, entre outras coisas, que o ensino promove a desaprendizagem das funções da escrita através das

de erros linguísticos e ao uso de uma metodologia centrada na decifração do código, em detrimento de um trabalho voltado para a compreensão do objeto da escrita e de suas funções (CHARTIER, 1998).

Portanto, é importante para o processo de alfabetização, que os professores saibam diferenciar os tipos de métodos de alfabetização no contexto do letramento, visando a aprendizagem significativa do sistema de escrita e o desenvolvimento das práticas de letramento, com atividades que estimulem a pensar sobre o funcionamento da escrita, trabalhando com a diversidade textual e situações desafiadoras para os alunos. Isto requer a mediação constante do professor em todo o processo de aprendizagem, fazendo as conexões entre os conhecimentos.

condições de produção e de avaliação da escrita na escola, reforçadas pela cartilha. Em nota complementar, a autora afirma que embora as cartilhas tenham sido atualmente substituídas pelos chamados ‘livros de alfabetização’, os textos ‘acartilhados’ continuam presentes (p. 73).

6 CONCLUSÃO

Retomando o problema de pesquisa que é investigar por que é importante trabalhar com os métodos de alfabetização no contexto do letramento, podemos afirmar que o trabalho de alfabetizar não resume-se a um método, mas a todo o processo de letramento, que amplia a metodologia aplicada. A questão dos métodos é importante, mas não a única, nem a mais importante, considerando muitas outras envolvidas nesse processo multifacetado da alfabetização, que vem apresentando como seu maior desafio a busca de soluções para as dificuldades das crianças em aprender a ler e escrever e dos professores em ensiná-las.

O processo de alfabetização é amplo, não se restringe somente em codificar e decodificar o sistema de escrita de forma mecânico. São muitos fatores que podem influenciar na alfabetização, como por exemplo; questões familiares, alimentação, saúde, transporte, planejamento da aula, materiais didáticos, lugar e espaço da sala, formação continuada dos professores e metodologia aplicada... É importante ressaltar que segundo Piaget, o conhecimento se constrói na interação do sujeito com o objeto.

Considerando a abrangência do conceito de alfabetização e as necessidades de se desenvolver o letramento, é preciso que os alfabetizadores procurem ressignificar suas práticas, com a adoção de atitudes diferenciadas no ensino da língua escrita. Essas mudanças não se limitam à aplicação de um novo método, nem a materiais didáticos diferentes, ou a adoção de novos livros ou cartilhas, ou ainda a testes de prontidão para verificar se a criança está no momento certo e totalmente pronta para ser alfabetizada. A principal e mais urgente mudança é muito mais conceitual que técnica, ou seja, é compreender que a criança que aprende pensa e (re) constrói conhecimentos e não simplesmente memoriza e reproduz aquilo que lhe transmitem.

O professor alfabetizador deve saber que não existe o melhor método, aquele que é certo ou errado, mas compreender e saber trabalhar com cada um deles em diferentes casos, pois, a aprendizagem acontece individualmente e cada um no seu tempo e da sua maneira, portanto, um método pode ser satisfatório com um determinado aluno e com o outro não. Além disso, é preciso observar como os alunos estão compreendendo os conteúdos ensinados, para fazer intervenções e alterações na forma de trabalhar (metodologia), visto que a aprendizagem é dinâmica.

Conclui-se que, para alfabetizar o professor precisa conhecer, compreender, diferenciar, diversificar, orientar e saber quais as vantagens de usar cada método de alfabetização. E o principal, fazer intervenções sempre que necessário em cada situação de

aprendizagem dos alunos. Trabalhar com os métodos de alfabetização no contexto do letramento com atividades contextualizadas e significativas para todos os alfabetizandos.

REFERÊNCIAS

- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Aspectos históricos da alfabetização**. São Paulo: Scipione, 2003.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-be-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.
- CHARTIER, Anna-Marie. Alfabetização e formação de professores da escola primária. **Revista Brasileira de Educação**. n. 8, mai/jun/jul/ago 1998.
- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização: princípios e transformações. In: **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005, p. 21-43. (Coleção Alfabetização e Letramento).
- FERREIRO, Emília, TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999.
- GONTIJO, Claudia Maria Mendes. Alfabetização na prática educativa escolar. In: **Caderno do professor – considerações sobre alfabetização**, n. 14. Belo Horizonte: SEE/MG, outubro de 2006. p. 07-16.
- HAMZE, Amélia. **Construção da aprendizagem**. FISO-ISEB Barretos. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/construcao-da-aprendizagem.htm> > Acesso em: 02 de maio de 2017.
- KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992. 4 ed.
- MORTATTI, Maria Rosário longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Unesp, 2006.
- SOARES, Magda. Letrar é mais que alfabetizar. **Jornal do Brasil**, 2000.
- SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo. Contexto, 2016.
- SOARES, Magda. Alfabetização: em busca de um método?. **Educação em Revista**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1990.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2001.
- SOARES, Magda B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: **Revista Brasileira de Educação**- ANPED, n. 25 . Rio de Janeiro: Autores Associados, jan., fev., mar., abr. de 2004.